

## EPÍLOGO

Este trabalho foi construído exclusivamente a partir de uma base arqueográfica, adquirindo os conhecimentos no terreno, por meio de prospecções e escavações pontuais, numa região que, devido a múltiplas condicionantes, acabou por restringir-se a espaços concretos do Algarve Oriental: as serras do chamado Nordeste Algarvio (escavações no Castelo Velho de Alcoutim e no Castelo das Relíquias) e transição da Serra do Caldeirão para o Barrocal (escavação no Castelo de Salir).

O objectivo foi tentar, na medida do possível, explicar o povoamento e os sistemas defensivos muçulmanos; determinar as mudanças de *habitat*, verificadas a vários ritmos; indicar as principais actividades económicas e os artefactos de uso quotidiano; e formular hipóteses que possam servir de modelo para trabalhos futuros que visem o estudo da história rural e agrária, com base na Arqueologia. Porém, como nem sempre é fácil criar modelos interpretativos partindo unicamente de um suporte arqueológico, sobretudo quando se têm apenas resultados incompletos de escavações, houve necessidade de complementar o estudo com as informações fornecidas pelos documentos históricos disponíveis, para melhor compreender esta sub-região algarvia e integrá-la na evolução espaço/tempo do Garbe al-Andaluz.

Os limites geográficos do actual Algarve correspondem, ainda hoje, sensivelmente ao mesmo espaço que pertenceu à antiga diocese visigótica e, depois, à *Kura* islâmica de Ossónoba, cuja capital, Santa Maria de Ossónoba ou do Ocidente, se manteve, pelo menos, até ao século X, sendo substituída pela *madina* de Silves, possivelmente só a partir do Califado, à semelhança do que se verificou em relação a Pechina e Almeria. Todo o Algarve Oriental manteria, porém, o principal centro urbano na *madina* de Santa Maria do Ocidente que, no século XI, formou o reino de taifa de Santa Maria de Harun, com território até ao Guadiana, limite com o reino taifa de Niebla.

Na impossibilidade de estudar todo o espaço abrangido por este reino, escolheu-se a área do Baixo Guadiana e respectivos afluentes, para sul da ribeira do Vascão. Mas a elaboração de uma carta arqueológica, com a localização topográfica e o enquadramento cronológico de todos os monumentos e sítios, é uma tarefa que nunca pode dar-se por terminada. Assim, na actual fase dos conhecimentos, que conclusões podem retirar-se sobre o Algarve Oriental durante o período muçulmano, a partir de um trabalho que, com número restrito de escavações, nem sempre foi suficientemente elucidativo sobre as diacronias de ocupação dos lugares identificados? Formulam-se meras hipóteses explicativas a vários níveis: o povoamento rural; o território e os recintos fortificados regionais;

o enquadramento económico regional; a evolução crono-tipológica dos artefactos cerâmicos; e, finalmente, a população que habitava esses castelos e povoados do interior do Algarve.

No que concerne ao povoamento rural distinguiram-se, pela dispersão dos achados de superfície, grandes concentrações de *habitat*, que se identificaram como alcarias, povoados, aparentemente de menores dimensões, indicados como alcariais e, finalmente, pequenos núcleos que pertenceriam a simples casais agrícolas. Quanto à evolução do povoamento rural no Algarve Oriental conclui-se o seguinte:

1. Em primeiro lugar, não parece ter existido, nos primórdios da ocupação islâmica da região, qualquer ruptura com o tipo de povoamento anterior. Embora algumas *villae* tivessem sido abandonadas desde a Antiguidade tardia, como acontece, aparentemente, com Vale de Condes ou Lourinhã I, outras continuaram habitadas durante o período islâmico, conservando, inclusive, edifícios religiosos cristãos, por exemplo no Montinho das Laranjeiras, onde se mantém em funcionamento a *ecclesia-monasterium* do período visigótico. Um outro exemplo centra-se em Clarines que, pela enorme dispersão dos achados, desde o período romano, onde se incluem também elementos arquitectónicos e decorativos visigóticos, poderá ter sido uma paróquia do século VII e uma alcaria muçulmana, que se manteve como povoação até à actualidade.

2. Em segundo lugar, pode conjecturar-se que alguns povoados, sobretudo implantados em altura, como a Cerca do Xarez, o Curralão, o Cerro do Lírio, entre outros, pertenciam a estabelecimentos de pequenas comunidades rurais e mineiras que aí viveram principalmente durante os períodos visigótico/emiral. Nestes lugares, pelas recolhas de superfície, nota-se uma total ausência de cerâmicas tardo-romanas (*tegulae*, *sigillata*, *dolia* ou ânforas), assim como de cerâmicas islâmicas com superfícies pintadas ou vidradas. Predominam, sim, as telhas decoradas com motivos ondulantes e ziguezagueantes e as cerâmicas grosseiras, de fabricos manuais ou a torno baixo de rotação descontínua, umas decoradas com incisões, outras com aplicação de cordões plásticos digitados.

3. O desenvolvimento do povoamento rural parece eclodir desde os finais do período emiral e, principalmente, a partir do califado e dos reinos de taifas, com grande número de povoações, onde se encontraram cerâmicas tipicamente islâmicas. Embora seja difícil, sem resultados estratigráficos, concluir sobre a contemporaneidade de todos esses sítios, alvitro a hipótese de grandes aglomerados rurais, como Alcaria Chã, Alcarias de Marim, Alcarias de Barranco do Tecedeiro, Cerca das Oliveiras do Cerro do Lobo, terem uma maior diacronia de ocupação, sendo abandonados a partir do século XIII, na sequência da Reconquista. Em contrapartida, outros núcleos de *habitat* de menores dimensões,



simples alcarias e casais agrícolas ou mineiros, situados na periferia dessas alcarias, teriam um período de ocupação menos prolongado, apesar de só as escavações poderem vir a confirmar ou refutar esta opinião.

4. Perante a Reconquista deve ter-se verificado um decréscimo demográfico, facto que levou os monarcas portugueses a instituírem coutos de homiziados, com a finalidade de repovoar esta região durante a Baixa Idade Média. Porém, se determinadas alcarias haviam sido totalmente desertificadas, outras povoações, simples “montes” rurais que, na maior parte dos casos, já tinham sido núcleos de povoamento romano, como Montinho das Laranjeiras, Cortes Pereiras ou Clarines, mantiveram-se habitadas até à actualidade. Por outro lado, a maior concentração de *habitat* surge agora nas novas sedes paroquiais, que se desenvolveram sobretudo a partir dos séculos XV/XVI, tornando-se, juntamente com as vilas recém-criadas, por exemplo de Alcoutim e Castro Marim, os centros polarizadores da economia local.

Quando se pensa no Algarve Oriental em termos administrativos muçulmanos, a *kura* de Ossónoba estava, como as outras *kuwar* de al-Andaluz, dividida em vários pequenos distritos regionais - os *aqalim*. Neste caso, para além do Castelo de Salir, integrado seguramente no *iqlim* de Loulé (*Al-'Ulyã*), pode chegar-se à conclusão que parte do espaço da antiga *civitas* de Balsa parece coincidir, aproximadamente, com o de um possível *iqlim*, cujo centro urbano, para além de Tavira (*Talabira*), se situava na área de Cacela Velha/Quinta do Muro, a *Qastalla* referida nas fontes árabes. Se, no século XIII, Ibne Saíde indica esta cidade como centro de um distrito, após a Reconquista, o termo de Cacela devia ter os mesmos limites do período muçulmano, indicados no documento de doação à Ordem de Santiago: a ocidente, o rio de Benamor (*flumynys debenaamor*), possivelmente a actual ribeira de Almargem, fazia a separação com Tavira; a oriente, o Guadiana era divisão com Ayamonte; e, a norte, o Vascão marcava a fronteira com Mértola.

Definido o território do *iqlim* de Cacela, podemos pensar que, no Alto Algarve Oriental, tenham surgido, a partir do século IX/X, outras pequenas comarcas ou partidos, de tipo *yuz*, com os respectivos *husum* situados em territórios pastoris e mineiros. Se as primeiras referências escritas a concessões de “senhorios” surgem no século IX, sobretudo durante o emirado de Mohâmade I (852-886), pode deduzir-se que a edificação do Castelo Velho de Alcoutim e do Castelo das Relíquias seja de meados deste século.

Porém, no que concerne à evolução dos recintos fortificados do actual Algarve, que ilações poderão retirar-se a partir das fontes históricas e arqueológicas?

1. Num primeiro momento, mantiveram-se seguramente os amuralhados do

Baixo Império, sobretudo na cidade de Ossónoba, à semelhança do que aconteceu com outras *civitates* que foram dioceses visigóticas e, depois, capitais de *Kuwar*. No século VIII, salvo o caso, excepcional, de Silves, com muralha atribuída à primeira metade desse século, o Garbe al-Andaluz deve ter mantido o mesmo tipo de povoamento anterior à conquista islâmica.

2. No século IX, a partir de 844, perante ameaças externas, sobretudo de Normandos, que destroem, inclusive, as muralhas de Lisboa, a preocupação de defesa deve ter resultado na reparação de antigas muralhas urbanas e na construção de novos fortins, incluindo ribates, que protegiam a costa e o curso fluvial de grandes rios, como o Tejo, o Sado, o Guadiana ou o Guadalquivir. Será, por isso, no emirado de Abderramão II, a quem se deve também a criação de estaleiros navais, nomeadamente em Alcácer do Sal e Silves, ou, mais provavelmente, durante o governo de Mohâmade I, que se edificaram o Castelo Velho de Alcoutim e o Castelo das Relíquias, fortificações que se tornaram centros de domínios ou de concessões territoriais em micro-regiões, que detinham direitos económicos sobre as populações rurais mais próximas.

Partindo do princípio que os dois *husum* do Alto Algarve Oriental são de fundação emiral, parece-me, no estado actual dos trabalhos de campo, que o Castelo Velho de Alcoutim pode ser um pouco anterior ao Castelo das Relíquias. Pelos registos cerâmicos dos níveis 4 e 5, onde se incluem decorações com aplicações plásticas e fabricos a torno baixo de rotação incerta - associados, porém, a cerâmicas de pasta branca com traços de pintura a óxido de ferro - o Castelo Velho pode ter sido, de início, um simples fortim omíada, de tipo *ribate*, com vigilância para a via fluvial do Guadiana, convertendo-se no centro de um domínio sobre o rio e os núcleos de povoamento já existentes nos arredores. O Castelo das Relíquias, embora sem ocorrência de cerâmicas com decoração plástica no nível 7, será seguramente construído na segunda metade do século IX, possivelmente na sequência das concessões de “senhorios” dadas por Mohâmade I. Está implantado numa área mais afastada do Guadiana, no centro de um território onde se encontraram menos povoações de origem romana, excepto em Alvrágil, na extensa área de Clarines e nas zonas mineiras de Lotão e Laborato, em exploração desde o período romano.

Estes castelos serão contemporâneos de outras fortificações omíadas de planta quadrangular e rectangular, nomeadamente com paralelos em Mérida, Trujillo, El Vacar, Almiserát ou, ainda, em Bayyana, Pechina, neste caso numa região de estabelecimentos árabes iemenitas. Na segunda metade de século IX funda-se Bayyana, que obterá do emir Mohâmade I ou de Abdalah o reconhecimento e delimitação do seu território mediante uma rede de *husum* (ACIÉN ALMANSA *et al.*, 1990: 148-149). De facto, nos finais do século IX, existem várias referências



documentais para alguns destes castelos emirais, sobretudo durante as guerras da 1ª Fitna, época em que al-Andaluz se tornaria um “País de *Husum*”.

3. Durante o califado e os reinos de taifas, penso que estes castelos do Alto Algarve Oriental mantiveram as funções de centros de comarcas micro-regionais, vocacionadas para uma economia fundamentalmente agropastoril e mineira, com bom escoamento dos metais via Guadiana. No entanto, sobretudo no Castelo Velho de Alcoutim, observaram-se algumas alterações na disposição dos edifícios do interior da fortaleza superior e, principalmente, a reestruturação da porta do castelo, com o acrescento de uma grande torre em L, adossada à muralha este, que determinou um novo tipo de entrada, em cotovelo simples, seguido de um corredor em rampa com átrio a meio, área onde se concentrava grande número de pontas de lança que revelam bem o carácter defensivo e de controlo deste castelo sobre o Guadiana.

4. Para os períodos almorávida e almóada, excepto os resultados arqueológicos obtidos na alcáçova e na medina de Silves, têm sido muito escassas as intervenções urbanas no território do actual Algarve. No entanto, perante a instabilidade interna e o avanço da Reconquista, uma das preocupações dos emires de al-Andaluz durante o século XII foi o de restaurar muralhas e de criar novos dispositivos de defesa, nomeadamente nas principais cidades do Garbe.

Se, por um lado, os dois *husum* omíadas do Alto Algarve Oriental parecem, pelos registos cerâmicos das camadas de abandono, ter sido progressivamente abandonados, desde finais do século XI ou inícios do século XII, nota-se, em contrapartida, o reforço de muralhas anteriores ou, mesmo, a edificação de novas fortificações, onde predominam os aparelhos de taipa, por exemplo nos castelos de Paderne, de Loulé ou de Tavira. Do mesmo modo, algumas alcarias passaram a estar providas de cercas amuralhadas e de torres albarrãs. Entre outras fortificações da última fase de ocupação muçulmana do Algarve, o Castelo de Salir corresponderia a uma grande alcaria fortificada que pertencia ao alfoz do *iqlim* de Loulé. Pelas escavações, embora concentradas numa área muito reduzida, pode depreender-se o seguinte:

1. edificação de uma cerca amuralhada de taipa com formigão de pedra, podendo ter servido, inicialmente, de simples albacar para protecção da população que vivia nos arredores e onde se construíram silos para armazenamento de cereais;

2. acrescento de várias torres construídas totalmente de taipa (uma seguramente albarrã) e concentração de edifícios no interior da fortificação, com casas de pátio, onde se notam paredes que cortam silos anteriores, arruamentos e canalizações que se dirigem para buracos de escoamento na muralha;

3. camadas de derrubes e destruições, com manchas de cinzas ocasionadas

por incêndios, onde se recolheram pontas de lanças e de besta, seguramente resultantes da Reconquista, levada a cabo pelos cavaleiros da Ordem de Santiago, em data incerta, após a tomada de Cacela e de Tavira.

Esta alcaria, localizada entre a Serra e o Barrocal, seria o ponto de cruzamento de estradas que a ligavam, por um lado, a núcleos de povoamento rural mais ou menos distantes e, por outro, a Almodôvar e a Loulé, itinerário percorrido por D. Afonso III para a conquista de Faro. No entanto, para além das principais vias de comunicação, seguramente de origem romana, apontam-se outros caminhos que uniam as alcarias e alcariais da Serra algarvia, por vezes simples veredas e atalhos cortados na rocha, palmilhados por pastores, agricultores e mercadores, representantes das principais actividades económicas regionais.

Na periferia dessas alcarias, localizavam-se as terras destinadas à agricultura, para pastagens e para exploração de madeira. Com base nas informações fornecidas pelos textos árabes e, sobretudo, a partir dos resultados obtidos nas prospecções e escavações, que ilações poderão retirar-se sobre as principais actividades da população que habitava o Barrocal e a Serra algarvia? Embora esta região tenha sido sempre deficiente em produção de trigo, é de crer que se aproveitassem ao máximo as terras férteis, nomeadamente nas áreas planálticas de Martim Longo, Giões e Pereiro para a cerealicultura, seguindo-se as plantações de oliveiras, figueiras e amendoeiras, árvores que ainda predominam nesta região. As várzeas e rechãs situadas junto de meandros das ribeiras destinavam-se principalmente à horticultura e fruticultura, ainda que apenas para autoconsumo.

No entanto, à medida que nos embrenhamos nas áreas montanhosas do Algarve Oriental, deparamos, hoje como seguramente no período islâmico, com o predomínio do pastoreio de ovinos e caprinos. As malhadas, redis ou cercados salpicam cerros e encostas abrigadas, muitas vezes junto de povoados com ocupação muçulmana, outras reaproveitando materiais de construção retirados dessas alcarias. Comprovando a preponderância da pastorícia, a tecelagem da lã seria uma actividade presente em praticamente todos os povoados rurais. Neste caso, tal como já se havia observado aquando da escavação em Vale do Bôto, dão-se como exemplo os fusos, cossoiros, cabos de roca e tempereiros de tear horizontal de pedais, exumados no Castelo de Salir.

O Algarve Oriental seria igualmente uma área onde continuaram a explorar-se os filões de minério, que são o prolongamento da faixa piritosa do Baixo Alentejo, que se estende para o Andévalo até à importante região de Rio Tinto. Embora não se tenham efectuado escavações em povoados implantados sobre antigas minas, como acontece com o do Cerro da Horta do Brejo, pode concluir-se, pelos achados de superfície, que a metalurgia continuou a praticar-se, possivelmente com uma tecnologia muito semelhante à do período romano.



No concelho de Alcoutim, onde várias minas ainda se exploravam no século passado, verificou-se, inclusivamente, uma certa coincidência entre núcleos mineiros importantes, como Lotão/Laborato ou Cortes Pereiras/Cerro do Brejo, e intensidade de ocupação muçulmana. Muitos desses povoados apresentavam à superfície escórias de fundição e repetem-se constantemente topónimos começados por Cerro das Férrias, Cerro das Córias ou Cerro das Borrás.

Uma abordagem ao povoamento requiere igualmente que questionemos os espaços habitacionais e os artefactos aí encontrados. Podemos considerar as estruturas habitacionais identificadas no interior das fortalezas superiores do Castelo Velho de Alcoutim e do Castelo das Relíquias como pertencendo a pequenos alcáceres, com múltiplos compartimentos habitacionais - quartos, cozinhas, latrina - onde residiam os terratenentes locais.

Em contrapartida, os restos de edifícios postos a descoberto no Castelo de Salir integram-se plenamente nas típicas casas rurais islâmicas, simples ou que se desenvolviam em torno de um pátio central, com espaços relativamente bem definidos, onde sobressaem as áreas destinadas a cozinhar os alimentos. Junto de lareiras, recolheram-se restos alimentares e fragmentos de recipientes de cerâmica, embora estes se encontrem também espalhados, sendo os vestígios mais abundantes e que melhor podem fornecer indicações cronológicas.

Da análise dos quadros crono-tipológicos, elaborados com base nas escavações dos dois *husum* do Alto Algarve Oriental e no Castelo de Salir, pode concluir-se que existem dois grandes períodos de produção e circulação de cerâmica islâmica:

1. A cerâmica omíada é, de início, uma mera continuidade das produções de época anterior. No entanto, a partir de meados e finais do século IX, surgem novas formas, com características de pastas, decorações e tratamentos de superfície que começam a individualizar-se, nomeadamente as peças de pasta esbranquiçada, com traços a óxido de ferro, e os primeiros vidrados sobre decoração incisa.

Será, porém, a partir dos séculos X/XI, com o califado e prolongando-se durante os reinos de taifas, que aparecem as decorações mais elaboradas, a verde e manganés, os vidrados melados com decoração a óxido de manganés e se difundem, sobretudo a partir do século XI, na fase epi-omíada, as decorações a corda seca parcial e total. Excepto a falta de recipientes decorados a corda seca total, os diferentes grupos de cerâmica omíada e epi-omíada (dos reinos de taifas) estão bem representados no Castelo Velho de Alcoutim e, em parte, no Castelo das Relíquias.

2. Com base nos resultados obtidos no Castelo de Salir, onde é total ausência de decorações a verde e manganés e corda seca, torna-se evidente o facto de estas cerâmicas já terem deixado de circular no Algarve Oriental na época da construção dos edifícios que se identificaram no interior do castelo. Por outro lado, surgem a partir do século XII, sobretudo durante o período almóada, novas formas e temáticas decorativas, como as estampilhadas sobre vidrado monocromo, os vidrados melados escuros, acastanhados e esverdeados, por vezes com traços grosseiros a óxido de manganés.

Em que medida estes dois momentos poderão corresponder a diferentes estruturas de povoamento e, conseqüentemente, de população? No que concerne aos grupos de habitantes que residiam nesta região do Algarve Oriental, pode concluir-se por um predomínio de moçárabes e de berberes:

1. Se tomarmos como ponto de partida a permanência de população em certos povoados de origem romana, sobretudo nos que mantiveram em funcionamento estruturas religiosas do período visigótico, como o Montinho das Laranjeiras e Clarines, podemos alvitrar a hipótese de a população que habitava esses núcleos rurais ser predominantemente moçárabe, embora alguns possam ter-se tornado muladíes.

2. Os castelos/território de Alcoutim e das Relíquias, seguramente centros de comando de micro-regiões, dependentes do *iqlim* de Cacela, seriam concessões do século IX atribuídas possivelmente a grupos berberes aí instalados. Coloca-se, inclusivamente, a hipótese de o Castelo Velho de Alcoutim ser um estabelecimento berbere, do grupo dos Kutama, pertencentes à tribo dos Baranis, que tiveram ampla dispersão geográfica em al-Andaluz, nomeadamente na Marca Média, na área de Talavera, na Marca Inferior, em Mérida e no Castelo de Alange, assim como na Serra Nevada, nas montanhas nordeste de Málaga e nas da região valenciana, onde Edrici indica uma povoação chamada, precisamente, al-Kuwàtim.

3. Com o avanço da Reconquista para o vale do Tejo e o Sul de Portugal, assim como perante a insegurança provocada pelos conflitos internos, desde finais do século XI e, sobretudo, no século XII, pode considerar-se que tenha existido um decréscimo demográfico no Garbe, que resultou, por um lado, na migração de moçárabes para Norte, reduzindo-se este grupo populacional, embora não tenham abandonado completamente a região e ajudando, inclusive, as hostes cristãs a conquistar certas cidades, como aconteceu durante a tomada de Tavira.

Por outro lado, com a vinda de Almorávidas e de Almóadas, acentuaram-se seguramente as discriminações religiosas e devem ter chegado novas populações berberes, uns fugindo durante as lutas da Reconquista do Algarve, outros permanecendo como mouros forros, quer nas cidades e vilas, onde aparecem



referenciados nas cartas de forais e em doações de terras, quer em povoados rurais, nomeadamente nos que mantiveram topónimos de origem berbere, como Benafim, Benamor ou Benaciate. Finalmente, pode corroborar-se a opinião de Orlando Ribeiro quando afirma que o Algarve mantém uma forte afinidade de características com o Norte de África, incluindo um certo paralelismo nos modos de vida com os Berberes do Magrebe.